

Senado decide convocar Delfim e Galvêas

9 MAR 1983

Langoni também deverá depor

Da sucursal de
BRÁSILIA

A comissão de Finanças do Senado aprovou, ontem, requerimento convocando o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, para prestar esclarecimentos sobre a política financeira externa do governo. O requerimento foi apresentado pelo vice-líder do governo no Senado, José Lins, que deverá ainda acertar a data do depoimento com o presidente do Banco Central.

Lins explicou que o pronunciamento de Carlos Langoni será numa das comissões técnicas do Senado, e não no plenário, pelo fato de o regimento interno só permitir no plenário depoimentos de ministros de Estado.

Já o líder do governo, senador Aloysio Chaves, e alguns de seus vice-líderes, almoçarão hoje com o ministro do Planejamento, Delfim Netto, para recolher dados para a defesa da política econômico-financeira do governo e discutir a estratégia de seu comparecimento perante a Câmara. "Será um almoço de serviço", disse Aloysio.

Da sucursal de
BRÁSILIA

O Senado aprovou ontem o requerimento de convocação dos ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, que deverão comparecer ao plenário da Casa para prestar esclarecimentos sobre a dívida externa brasileira e sobre a política fiscal e cambial. A iniciativa foi da liderança do PDS, mas a oposição também votou a favor, mesmo declarando que prefere o comparecimento dos ministros nas comissões técnicas. À noite, a liderança pedessista decidiu convocar também para o plenário o ministro da Agricultura, Amaury Stáble. O colégio de líderes do governo no Senado almoçará hoje com Delfim Netto.

O processo de votação foi tenso, trazendo à tona divergências internas tanto no PMDB, quanto no PDS. O líder peemedebista Humberto Lucena (PB) e o senador Itamar Franco (MG) chegaram a discutir por divergirem da proposta. Lucena defendeu que a bancada de seu partido não tinha por que votar contra a convocação, enquanto Itamar Franco sustentou que a vinda dos ministros ao plenário já não interessava, não passando de "visita de beija-flor". Itamar e o governador eleito de Minas, o ainda senador Tancredo Neves, votaram contra o requerimento. No PDS, críticas mais contundentes partiram do senador alagoano Luiz Cavalcante,

para quem a iniciativa é "uma enorme desnecessidade, pois os ministros virão aqui passar o mesmo filme de sempre".

VOTAÇÃO

Apesar desses protestos, a oposição permaneceu no plenário. Mesmo assim, os requerimentos quase não alcançaram o quorum mínimo para sua aprovação. Com o voto do presidente Nilo Coelho, o total de votantes chegou a 35, o que representa maioria simples. No caso da convocação de ministros, entretanto, o Regimento Interno exige maioria qualificada (artigo 322, inciso 2), isto é, "o voto favorável da maioria da Casa". Na votação de ontem, a convocação de Delfim Netto foi aprovada por 28 senadores e a de Galvêas, por 29, registrando-se ainda cinco votos contrários à vinda do primeiro, e quatro à do segundo, além de uma abstenção em ambas.

Nem a Mesa nem o plenário chamaram a atenção para o equívoco da votação, e os requerimentos foram anunciados como aprovados. No caso de Delfim, estiveram contra, além de Tancredo e Itamar, os senadores Gastão Muller (MT) e Fábio Lucena (AM) do PMDB, e Luiz Cavalcante, do PDS. No de Galvêas, dessa lista não participou apenas o senador alagoano.

DEBATES

Ao lado das divergências muito claras entre os peemedebistas Itamar Franco e Humberto Lucena, o

plenário assistiu também a uma incisiva demonstração de inconformismo do senador Luiz Cavalcante para quem, hoje, em função da conduta dos ministros, "é muito grande o desalento entre os brasileiros". Mais uma vez, ele se valeu de seu conhecido "Livro Negro" para lembrar declarações contraditórias feitas por ministros.

Depois de ler uma frase do ministro Camilo Penna, da Indústria e Comércio, em que ele admite a perda de confiabilidade na política econômica, Cavalcante repetiu que não estará no plenário quando ali comparecer Delfim Netto. "Não quero assistir a mais uma reprise", ironizou.

Já o líder do PDT, Roberto Saturnino (RJ), votou a favor da convocação, mas também disse não acreditar na validade da presença dos ministros no plenário. A seu ver, o governo já não tem autoridade para conter a especulação, "navegando ao sabor das pressões dos manipuladores". Saturnino acha que o governo está preparando outra maxidesvalorização do cruzeiro pois, do contrário, argumentou, o dólar no câmbio paralelo não estaria cotado a 800 cruzeiros.

Entre os que defenderam a convocação alinhou-se o vice-líder governista Murilo Badaró (MG), que ressaltou o fato de opositoristas concordarem com o requerimento. "A oposição — assinalou — foi colhida pela disposição sincera de expor tudo às claras."